



# Governo Inicia a Avaliação Desempenho, organizar a categoria com os métodos da luta de classes para responder mais esse ataque. Que o Sindicato chame as assembleias para que a categoria possa debater como erguer a luta!

**A**burguesia e seus governos há muito sonham e se movimentam para a quebra da estabilidade do servidor público, a essência da reforma administrativa. Deram um passo em 1988 quando aprovaram a Emenda Constitucional 19 que incluiu no art. 41 da Constituição, que trata da estabilidade do servidor público, o inciso III diz que o servidor poderá perder o cargo público “mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”. Em 2020 o ex-presidente Bolsonaro protocolou no Congresso a PEC 32/2000, que concentra inúmeros ataques aos serviços públicos e aos servidores, incluindo a perda da estabilidade. A PEC ainda tramita e pode ser retomada a qualquer momento. Mesmo sem a aprovação da PEC, o “Programa de Gestão e Desempenho” tem por essência a aplicação da “reforma administrativa” sobre os servidores do INSS, ou seja, a quebra da estabilidade (via avaliação de desempenho e punição), o aumento do poder e opressão dos diretores e chefes comissionados, a intensificação da jornada de trabalho, etc.

A medida se alinha a iniciativas tomadas por governos municipais e estaduais pelo país (sejam de “esquerda”, direita ou extrema-direita), como, por exemplo, a nova carreira do magistério paulista aprovada em 2022 que prevê avaliações periódicas de desempenho que podem levar à demissão do professor. No mesmo sentido, uma decisão de novembro de 2024 do STF determinou que o regime jurídico único (estatutário) não é obrigatório para os servidores públicos, ou seja, que as prefeituras, governos estaduais e união podem contratar pela CLT (com menos direitos), como já ocorre na maioria dos estados brasileiros.

Em fevereiro, o governo Lula/Alckmin editou o decreto 12374/25 que prevê avaliações de desempenho para todos os servidores a nível federal com avaliação nos 3 anos e cursinho obrigatório. O decreto coloca ainda elementos que podem abrir precedentes para a abertura de processo administrativo, são eles: assiduidade, disciplina, capacidade de

iniciativa, produtividade e responsabilidade. Como podemos ver, é bem parecido com o estágio probatório aplicado em São Paulo por Tarcísio/Feder aos professores da nova carreira. Os critérios são completamente subjetivos, deixando uma grande brecha para a perseguição política.

Em São Paulo, como era de se esperar, a partir da resolução 83/2025, o governo impôs no final do semestre passado a famigerada avaliação de desempenho. Os alunos avaliaram os professores, os diretores denominados de “trio gestor” também avaliaram os professores. Vários professores foram mal avaliados e estão com medo da segunda avaliação no final do ano. Essa avaliação servirá de elemento para as demissões do próximo ano, de ampliação do assédio moral e mais opressão aos professores, sobretudo contra os professores contratados.

Na sociedade capitalista vendemos a nossa força de trabalho para garantir a nossa existência e da nossa família. A demissão é uma ameaça direta a essa existência. É elementar que lutemos na defesa do nosso emprego e estabilidade. Não queremos ser realocados para outras funções de forma arbitrária conforme prevê a resolução.

É importante destacar que essa avaliação é parte do processo de privatização e terceirização em curso em todo o país. Depois da Reforma Trabalhista, os governos vêm avançando com as reformas administrativas para colocar os servidores cada vez mais próximos desta, reduzindo direitos e conquistas históricas do funcionalismo. As centrais e sindicatos junto a CNTE tem obrigação de levantar uma luta nacional contra essas avaliações. Devem romper sua subordinação ao governo burguês de Lula/Alckmin. A direção majoritária da Apeoesp deve chamar as assembleias para armar a categoria para enfrentar o fechamento de salas, turnos e defender os professores dessa avaliação que imporá mais demissão aos professores. O final deste ano e o início do outro, devem ser marcados pela luta em defesa dos empregos. Nada de postergar a luta para arrefecer o movimento como ocorreu esse ano. ■

# O CONSELHO ESTADUAL DE REPRESENTANTES FOI CHAMADO PARA FAZER MUDANÇAS NO REGIMENTO DO CONGRESSO. DEFENDEMOS UM CONGRESSO QUE NÃO SEJA GOVERNISTA, QUE POSSA ARMAR OS PROFESSORES PARA ENFRENTAR OS GOVERNOS E SEUS ATAQUES.

Não sabemos quais serão as mudanças que a direção vai propor, contudo defendemos que o congresso deve ser o espaço dos debates, que todas as correntes e independentes possam se expressar livremente, sem filtros.

Com a subordinação ao governo de frente ampla as direções em todo o país têm cada vez mais intensificado o processo de burocratização para tentar conter e isolar as lutas. Que os professores que

têm enfrentado os ataques de Tarcísio/Feder tenham mais espaço que os “palestrantes” que os que estão no chão da sala de aula possam debater as conjunturas e partir destas erguer um Plano de lutas que se paute na democracia operária com independência de classes e pautada nos métodos da luta de classes. Que as plenárias possam ocorrer sem atropelos da direção que faz de tudo para cercear o debate com seus inúmeros critérios burocráticos. ■

## PLEBISCITO POPULAR CONTRA A ESCALA 6 POR 1 É DESVIO ELEITOREIRO.

**Retomar a luta de classes para impor à burguesia e seus governos a redução das jornadas. (Sem redução de salário).**

Está claro que no período de decomposição do capitalismo, a burguesia é incapaz de diminuir as jornadas de trabalho. Com a crise do capital cada vez maior, os governos e patrões buscam formas de garantirem suas taxas de lucros, o aumento da exploração com o aumento da jornada é um deles, as novas tecnologias vêm amplamente sendo usadas nesse sentido, como no caso da plataforma das escolas.

A Reforma Trabalhista de Temer, as reformas administrativas nos estados, e a que tramita no Congresso Nacional, são parte de um mesmo ataque. O Governo Federal e o Congresso visam “modernizar o Esta-

do”, na nova reforma está prevista a avaliação desempenho, meritocracia, bonificação por resultados e contratação temporária por 5 anos.

Como o PT e demais partidos da base aliada, precisam se mostrar como bons serviços da burguesia, a frente ampla precisou desviar as mobilizações que vinham crescendo contra as jornadas estafantes para as instituições burguesas. As mesmas que tem colocado as greves como ilegais, como a Justiça do Trabalho, o STF e o próprio parlamento. Está claro que essas instituições agirão como têm agido, a favor do capital contra os trabalhadores. Estes devem construir as oposições re-

volucionárias para colocar para fora as direções traidoras das centrais e os sindicatos que estão subordinados ao governismo. Devem construir a luta com independência de classe pautada com a democracia operária e com os métodos da luta de classes (greves, piquetes, ocupações, etc.) Só assim será possível construir as greves por setores e depois avançar para a construção da greve geral. ■

**Construir as Oposições Revolucionárias contra as burocracias governistas! Romper com a conciliação/ traição de classes que jogam as lutas para as instituições burguesas!**

## OS TARIFAÇOS DE DONALD TRUMP E A FALÁCIA DA SOBERANIA NACIONAL DO GOVERNO DE FRENTE AMPLA.

Temos vivido e assistido o acirramento da guerra comercial dos Estados Unidos contra o mundo, mais especificamente contra a China, Rússia e seus aliados. O Brasil está sendo atingido mais pela sua relação com os países que compõem os BRICS do que pelos trabalhos de Eduardo Bolsonaro.

A posição do PT, PCdoB, PSOL e seus satélites de “defesa da soberania nacional”, serve exclusivamente à disputa inter-burguesa entre os reformistas e a extrema direita para as eleições do próximo ano.

Está claro que o governo burguês de Lula Alckmin está a serviço do imperialismo e suas empresas, contra a soberania nacional de fato. Com sua política de arcabouço fiscal, que visa retirar recursos da educação, saúde e demais programas sociais que assistem os mais pobres, o governo mostra que subordina a nação oprimida a favor do parasitismo financeiro estrangeiro. Seu discurso de defesa da soberania cai por terra quando faz o leilão de bacias de petróleo da foz do

rio Amazonas para empresas como a ExxonMobil, por exemplo. A ação do governo no Leilão joga por terra também seu falso discurso de defesa ambiental, visto que existem riscos de desastres ambientais nesta região tão sensível e importante para a vida no planeta.

Não há como defender de fato a soberania nacional de uma nação oprimida dentro do capitalismo. Somente derrubando a burguesia nacional e internacional do controle da economia nacional, expropriando suas propriedades e as colocando sob controle coletivo dos operários, constituídos em classe dominante construindo seu estado, é que conquistaremos a independência e soberania nacionais! ■



**PPRI**  
Partido Proletário Revolucionário Internacionalista